

REFORMA ECONÔMICA

Abertura é desafio para empresas

Grupos se adaptam à recessão e procuram a senha para a modernização

ANA MARIA TAHAN

O empresariado brasileiro está perdido no meio de uma crise financeira e emocional, que o obriga a abandonar o romantismo e o orgulho para sobreviver. Atacado pelo presidente Fernando Collor, acosado pela elevação das taxas de juros, pressionado pela queda do consumo, e sufocado em sua capacidade de investimento, vem sendo forçado a mudar rápido de hábitos, adotar novos conceitos administrativos, modernizar a mentalidade, encontrar novas formas de se relacionar com os trabalhadores, eleger prioridades e se conscientizar de que a época é de vacas magras.

A ironia de Collor — “Quebrou? Muda de ramo, abre um botequim” — mexeu com os brios do setor. Dispostos a não falir, os que sobreviveram à recessão deste ano descobriram saídas e soluções na própria empresa para atravessar 1992 com menos sobressaltos. Apesar disso, cobram do Palácio do Planalto a parte que lhe compete: estabilidade na política econômica, juros acessíveis, taxas de câmbio equilibradas e tempo para que possam retomar o fôlego.

Ao mesmo tempo, ampliam seus canais de comunicação com as centrais sindicais. Hoje, se reúne pela terceira vez neste mês com representantes das três principais centrais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), para definir prioridades comuns, com o objetivo de somar forças. O documento conjunto capital-trabalho terá endereço certo: o Palácio do Planalto. Ao mesmo tempo que deve se comprometer com a modernização das relações entre patrões e empregados, o documento pretende cobrar do governo um programa que garanta o desenvolvimento com uma distribuição de renda mais eficaz, menos impostos, políticas para a indústria e a agricultura, investimento em educação e tecnologia.

Exemplo — “É importante que se comece já a mudar de mentalidade”, defende o presidente da Brinquedos Elka, Emerson Kapaz, um dos dirigentes do Pensamento Nacional da Base Empresarial (PNBE), grupo de empresários criado nos anos 80 em oposição à cúpula da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Antes de mandar abrir botequim, o próprio presidente tem de dar exemplo e evoluir seus conceitos sobre empresários e trabalhadores”. O raciocínio empresarial, hoje, tem ainda um outro

componente, segundo o presidente da Coldex-Frigor e membro do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), Paulo Francini: “Se o País não consegue ser eficiente, as empresas também não serão”.

Os dois concordam, porém, que a renovação da cultura industrial e do conceito de administração do Estado demandará algo entre 10 e 15 anos. “Este é o tempo que se leva para preparar gente que tenha direito a receber o passaporte de entrada para o Primeiro Mundo”, ecoa o vice-presidente da Sadia, Luís Fernando Furlan. Francini não perdoa “a visão equivocada e neurótica que o governo tem da realidade” e cobra a eficiência dos serviços públicos e da infra-estrutura do País, impedimentos para o “aumento de eficiência das empresas”.

Seu lamento não encontra ressonância em Furlan, coordenador da recém-formada comissão interdisciplinar para assuntos do Mercosul formada pela Fiesp. “O governo tem razão quando cobra competência das empresas, porque só conseguiram atravessar este ano de 1991 as que foram competentes”. Essa visão maniqueísta, aliada à falta de auto-crítica, atrapalha a modernização e impede o empresariado de enxergar alguns erros. “A crise tem mostrado aos empresários que é necessário manter-se sempre atento para mudar políticas com rapidez”, ensina o consultor de empresas Márcio Orlandi, diretor da Arthur Andersen.

Brinquedos — Nos últimos dois anos, a Coldex-Frigor de Francini cortou 30% dos funcionários e, neste Natal, nem distribuiu brinquedos para os filhos dos empregados. “É difícil controlar a frustração diante de tanta notícia ruim”, queixa-se Francini. Na Sadia adotou-se o programa de qualidade total inspirado pelos americanos e aperfeiçoado pelos japoneses. “Apertamos os cintos, aumentamos a produtividade e chegamos ao fim do ano com aumento de 20% da nossa produção física, mas com um lucro levemente menor”, diz Furlan.

“Em 1992 os empresários terão de baixar o volume do coração, ser pragmáticos e se preparar para manter o máximo de empregos, mas não necessariamente todos”, avisa Orlandi. “Entraremos num ano propício para entendimentos, para negociação constante entre indústrias, fornecedores, empregados e clientes, porque qualquer negócio para dar certo terá de ser bom para todos os envolvidos”, completa.



Passaporte demorado

Furlan, da Sadia: “Precisaremos de 10 a 15 anos para poder ingressar no Primeiro Mundo”

Juvenal Pereira/AE—31/1/91